



Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Methodológicas
Caruaru, 13 e 14 de setembro de 2012

Eixo Temático 5 – Política e Gestão Educacional

O TRABALHO PEDAGÓGICO DOS GESTORES ESCOLARES NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Auristela Rocha - UFPE

Michelle Beltrão Soares - UFPE

Resumo

O presente estudo tem como objetivo compreender que ações pedagógicas desenvolvidas pelos gestores contribuem para o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Visando contemplar uma análise crítica de como os gestores possibilitam a construção de escolas inclusivas, sentimos a necessidade de conhecer o que pensam e como agem esses agentes na construção de escolas que atendam a todos os alunos, pois sua maneira de agir traz pistas importantes para compreendermos a prática pedagógica em direção a inclusão. Nossa pesquisa se aproxima da abordagem qualitativa, uma vez que utilizamos como instrumentos metodológicos, o questionário e a entrevista semi-estruturada com dois gestores de diferentes instituições (privada e pública). Os resultados revelaram que as escolas apresentam recursos insuficientes para o atendimento necessário aos alunos com deficiência e, os gestores diante da importância de sua função mostram-se comprometidos em fazer com que essa inclusão aconteça de fato nas escolas. Entretanto, percebemos que falta uma verdadeira mobilização de todos os agentes que constituem a escola para o trabalho numa perspectiva inclusiva.

Palavras-Chave: Trabalho Pedagógico - Gestores – Escolas Inclusivas – Inclusão

Introdução

Quando falamos em inclusão escolar, propõe-se que todas as pessoas tenham os mesmos direitos e as mesmas oportunidades educacionais; em que *todos* possam ter acesso aos mesmos benefícios, independentemente de sua condição étnica, de classe social, deficiência mental, sensorial ou educacional.

Este trabalho analisa sobre o processo de inclusão escolar de aluno com deficiência na perspectiva pedagógica dos gestores, como também busca entender se o sistema educacional está conseguindo lidar e organizar suas práticas de modo a atender os diferentes tipos de necessidades educacionais de seus alunos.

A inclusão escolar é uma oportunidade que temos para reverter à situação educacional dos alunos com deficiência, uma vez que preconceitos e situações de segregação e exclusão ainda estão presentes no cotidiano escolar.

Interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional distorcem o verdadeiro sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Entretanto, na literatura mais atual sobre o tema, Mantoan (2003) defende a inclusão com um modo de ser e viver com a diversidade existente na escola.

É inegável que as nossas escolas encontram-se despreparadas para atuar de maneira inclusiva, uma vez que se é exigido uma inovação dos modelos atuais de gestão e administração das instituições escolares em direção às práticas pedagógicas que valorizem e respeitem a diversidade do aluno. Conhecemos os argumentos pelos quais a escola resiste à inclusão, muitos deles refletem a incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade e da variedade que é real nos seres e nos grupos humanos.

Diante desse contexto, compreendemos que para o trabalho com a inclusão seja real a escola precisa ser transformada, e o desempenho ativo da equipe gestora nesse constante processo de mudança na educação conduz para a construção de novas escolas. É no papel ativo da gestão que é possível enxergar a inclusão em suas infinitas possibilidades, superações e limites, apresentando um ganho extraordinário para aprendizagem de todos os alunos, como também no sentido de mudança de comportamentos de todos os agentes que constituem a comunidade escolar. Entretanto, esta atuação não parte de ações isoladas, mas se revela em um conjunto maciço de práticas pedagógicas desenvolvidas na e pela escola.

O impacto da inclusão nos sistemas de ensino ao supor a abolição completa dos serviços segregados da educação especial, dos programas de reforço escolar, das salas de aceleração das turmas especiais, traz um novo desafio para a gestão, que segundo Sasaki (1997), ao gestor e/ou coordenador cabe um olhar mais atuante e participante quando canaliza as suas ações de maneira a superar as barreiras arquitetônicas e atitudinais de todos que fazem a escola e, por conseguinte repensar uma educação sob uma ótica mais humanizada e acolhedora.

Diante desses desafios, nossa principal questão é: como os gestores organizam sua prática de modo a tender a diversidade existente na escola? Que ferramentas eles utilizam para que a escola se torne um ambiente inclusivo? Que desafios eles encontram nesse processo de transformação?

Conforme as questões suscitadas, delimitamos como **objetivo geral**, Compreender que ações pedagógicas desenvolvidas pelos gestores contribuem para o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Para tanto, apresentamos como **objetivo específico**: **1.** Identificar que ações pedagógicas são desenvolvidas pelos gestores e/ou coordenadores para atender os alunos com deficiência inclusos na escola; **2.** Analisar que dificuldades os gestores encontram para desenvolver as ações pedagógicas em direção à inclusão desses alunos.

Compreendemos que o trabalho numa perspectiva inclusiva não seja pontual, e que trabalhar sob esta ótica requer de toda a equipe escolar uma formação pedagógica inclusiva, em que o principal caminho é investir na valorização do corpo docente, promovendo espaços de formação continuada que almejem garantir a aprendizagem de todo e qualquer aluno.

A proposta desse estudo sugere uma mudança nas práticas desenvolvidas na escola. Que o trabalho pedagógico tenha como base a igualdade, reconstituindo-se em valores humanos a partir da atuação da gestão escolar, quer seja implementada na utilização dos instrumentos e recursos, quer seja na renúncia de velhas práticas de gestão, quer seja, também, na adaptação às novas formas de trabalho e de administração da realidade, visto que no âmbito escolar se mostra cada vez mais complexa.

O papel da gestão na construção de escolas inclusivas

Uma escola somente será considerada inclusiva quando estiver organizada de modo a favorecer que cada aluno, independente de sua etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação que sugere limitação, seja realmente atendido adequadamente. Os gestores estão buscando diretrizes de como trabalhar com este novo paradigma, que não só atingiu a sala de aula, mas conseqüentemente o trabalho pedagógico de um modo geral, impondo aos profissionais de educação a tomarem a uma nova postura, convidando-os a conviver com as diferenças das pessoas, sejam elas deficientes ou não.

No cumprimento de uma educação igualitária, e na diminuição da exclusão escolar, os gestores têm a consciência que precisam mudar a forma como vem tradicionalmente tratando a educação das pessoas com deficiência, visto que elas vêm sendo, ainda hoje, por vezes segregados no contexto de sala de aula.

A educação dessas pessoas tem sido causa de inquietações, visto que os gestores não se sentem preparados para atender essa clientela pela falta de estrutura e capacitação da comunidade escolar para trabalhar numa perspectiva inclusiva.

Durante décadas, novos rumos, metas e planos foram tomados na tentativa de garantir uma “educação para todos”. Dentre esse todos, destacamos mais uma vez, o atendimento educacional para as pessoas com deficiência, que se configurou de diversas maneiras no decorrer da nossa história e que, podemos dizer, impulsionou políticas educacionais que buscaram atender não apenas a educação dessas pessoas, mas de todos aqueles alunos que estavam sendo excluídos do contexto escolar.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão é necessária para melhorar as condições da escola, de maneira que nela se formem gerações mais preparadas para viver a vida, sem preconceitos e sem barreiras.

Para os defensores da inclusão escolar é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais especiais, com ou sem deficiência, mas sem discriminação (ibidem, p.42)

Portanto, para considerar uma escola inclusiva é preciso que as diferenças sejam respeitadas e que se aprenda a viver com a diversidade, portanto, é preciso uma nova concepção de escola, de gestor, de aluno, de ensinar e de aprender.

Nesse sentido, focaremos nossa discussão a partir do papel do gestor no processo de inclusão, reconhecendo-o como mais um sujeito fundamental no processo de inclusão. Tendo em vista que por ele possibilitar a provocativa de sentidos, e por viabilizar o exercício de cidadania dos outros sujeitos que fazem a escola.

A gestão escolar diz respeito às atividades de planejamento, execução e avaliação, que dirigentes e professores precisam desenvolver para levar adiante seus projetos educacionais e curriculares. Avançar em direção ao desenvolvimento das escolas de qualidade exige contextos educacionais cuja atmosfera organizacional favoreça e facilite práticas inclusivas através das ações de seus gestores.

O conceito de gestão escolar, relativamente recente, é de extrema importância para que se tenha uma escola que atenda às atuais exigências da vida social: formar cidadãos e oferecer, ainda, a possibilidade de apreensão de competências e habilidades necessárias e facilitadoras da inserção social. Segundo Paro (2008) "Ser gestor significa

ser o mediador para os fins, e os meios não podem ir contra os fins", ou seja, o gestor é quem irá administrar os recursos de forma competente e eficaz, que não consiste apenas em atividades burocráticas, referentes a papéis e a pautas de reuniões, mas, sobretudo, gerir pessoas, interesses e motivações. Lembrando que todo ser humano precisa um dos outros para atingir seus objetivos.

É nesse espírito colaborador, que o gestor escolar tem que entender que, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é descentralizar, ou seja, é compartilhar as responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. Na maioria das vezes, decorre do fato de o gestor tomar todas as decisões isoladamente, não compartilha as responsabilidades com os diversos atores da comunidade escolar e conseqüentemente o trabalho não consegue ser finalizado satisfatoriamente.

O momento ideal para trabalhar coletivamente nas ações da escola está no planejamento do Projeto Político-Pedagógico, segundo Gandin (2001), ocorre quando os atores da escola reconhecem a necessidade de *atuarem coletivamente* em busca de uma melhoria de qualidade de ensino. A gestão, apoiada por sua equipe (professores, funcionários e coordenadores) viabiliza os espaços para esta construção, conduzindo a mudanças significativas nas discussões e nos desdobramentos de suas ações nos planos de curso, currículos, aulas; acompanhamento e avaliação de todas as etapas da aprendizagem.

O Planejamento Participativo pretende ser mais do que uma ferramenta para a administração; parte da ideia que não basta uma ferramenta para “fazer bem as coisas” dentro de um paradigma instituído, mas é preciso desenvolver conceitos, modelos, técnicas, instrumentos para definir “as coisas certas” a fazer [...] (GANDIN, 2001, p.87).

O Projeto Político-Pedagógico deve ser um processo dialógico, incluindo a participação de toda a comunidade escolar (gestores, orientadores, pais, alunos, funcionários e membros da comunidade local), discussão, reflexão e desejo de renovação.

No processo de mudanças para escolas Inclusivas, um dos fatores essenciais para progredir é o estilo de gestão participativa e democrática, no qual se trabalha com as pessoas, apoiando os progressos e as dinâmicas próprias de cada escola e de cada um de seus integrantes.

O êxito ou o fracasso das tentativas para introduzir melhorias nas práticas educacionais e, principalmente na construção de escolas inclusivas, depende em grande medida da atitude da equipe gestora e dos líderes emergentes no contexto escolar.

Ao serem modificados os rumos da administração escolar, os papéis e a atuação de diretor, coordenadores, supervisores e funcionários perdem o caráter controlador, fiscalizador e burocrático e readquirem teor pedagógico, deixando de existir os motivos pelos quais esses profissionais ficam confinados em seus gabinetes, sem tempo para conhecer e participar mais intensivamente e diretamente do que acontece nas salas de aula e nos demais ambientes educativos das escolas (MANTOAN, 2003, p.37).

Vale ressaltar que para haver sucesso no trabalho do gestor, os profissionais de educação, devem desapegar de velhas práticas homogeneizadas, e reconhecer a singularidade do aluno no processo de ensino aprendizagem, recriando espaços e conceitos novos para inclusão que se revela complexa, alicerçada no respeito às diferenças, autonomia e reconhecimento da heterogeneidade do seu contexto escolar.

Percurso Metodológico

Uma vez que o objetivo geral traçado para o presente estudo é compreender que ações pedagógicas são desenvolvidas pelos gestores de modo contribuir para a construção de escolas inclusivas, este estudo se aproxima da abordagem qualitativa, conforme afirma Mynaio (2007), pesquisa qualitativa é aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Não se detém apenas a estatísticas, regras e outras generalizações, a qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações.

Para a realização da pesquisa selecionamos duas escolas do ensino fundamental do município de Recife, sendo uma da Rede Pública e outra da Rede Privada que tivesse alunos com deficiência regularmente matriculados em classe de ensino regular.

Realizamos uma pesquisa de campo, onde entrevistamos dois gestores, por que conhecendo esses profissionais poderemos analisar os desafios enfrentados por eles diante da construção de escolas inclusivas.

Na pesquisa utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário, em seguida, aplicamos entrevistas semiestruturadas, a fim de analisar os desafios enfrentados pelos gestores. Nas entrevistas, os gestores puderam relatar suas percepções pessoais, sentimentos diante de sua atuação, experiências que influenciaram ou

influenciam na sua prática pedagógica, pois, a entrevista é “um instrumento que permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados pelos questionários, explorando-os em profundidade”(ALVES-MAZZOTTI e GWANDSZNAJDER 2001, p.168).

Em nossas análises procuramos identificar as adequações, adaptações, entraves e dificuldades vivenciadas e reveladas pelos sujeitos da pesquisa. Para a análise dos dados, selecionamos alguns fragmentos das falas dos gestores, dialogando sob a luz das teorias estudadas e revelando nosso posicionamento enquanto pesquisadoras.

Análise e Discussões

Uma vez que nos propomos compreender que ações pedagógicas são desenvolvidas pelos gestores de modo a favorecer a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, organizamos a nossa análise a partir dos limites e possibilidades do processo transformação da escola para que atenda à todas as crianças.

Caracterizando os nossos sujeitos:

No intuito de maternos o sigilo da nossa pesquisa, nossos sujeitos serão identificados: **G. Pública**, para a gestora da escola da rede pública e **G. Privada**, para a gestora de uma instituição da rede privada.

G. Pública- trabalha há 6 anos na escola, mas na gestão tem 2 anos. É graduada em Pedagogia como também é especialista em Psicopedagogia. Não tem numa formação na área de educação inclusiva. Em sua escola tem alunos com síndrome de down e com deficiência auditiva.

G.Particular- trabalha há 5 anos e sempre foi gestora da instituição. É graduada em Pedagogia e é especialista em Psicopedagogia. Não tem numa formação na área de educação inclusiva. Em sua escola tem alunos com síndrome de down e com deficiência física regularmente matriculados em turmas regulares.

Caracterizando as escolas:

- **Escola da rede pública**

A escola pública é de pequeno porte, não tem rampas e possui uma área de recreação razoável. A escola está em bom estado físico, as salas são amplas e ventiladas, a cozinha é bem organizada e higienizada. Possui dois banheiros que não são adaptados, na portaria tem um vigilante para a segurança das crianças, ninguém entra ou sai sem se identificar.

- **Escola da rede particular**

A escola particular é de pequeno porte, bem estruturada, possui rampas de acesso e dois banheiros sendo um adaptado para o aluno com deficiência física, como também tem um parquinho com brinquedos para recreação das crianças. A escola está em bom estado físico, as salas são amplas e ventiladas, possui também serviço de portaria para a segurança das crianças. A escola conta com o apoio de uma psicóloga para atender pais, alunos e professores.

Compreendendo o processo inclusivo através dos gestores escolares

Os gestores diante do compromisso assumido em garantir uma “*educação para todos*”, terá que revisar sua organização e as formas de conceber o ensino e a aprendizagem de forma a responder positivamente certas demandas escolares. Com isso, para transformar escolas é necessário o entender que:

A escola se quiser ser capaz de responder com competência e rigor à diversidade de todos os seus alunos, necessita recrutar pessoal mais especializado e dispor de equipamentos e recursos materiais diferenciados (RODRIGUES, 2006, p.311).

Para tanto, perguntamos aos gestores das instituições escolares que ações eles tentam desenvolver em seu cotidiano que ajudam atender as crianças com deficiência matriculadas em sua escola. E obtivemos as seguintes respostas:

Tento interagir essas crianças com as outras (G.Pública).

Dentro dos limites da escola tento fazê-las sentir-se acolhidas (G. Particular).

Ao questionarmos sobre as dificuldades enfrentadas ao realizar essas ações, os gestores foram bem incisivos:

Falta uma infraestrutura adequada, construir rampas e banheiros adequados (G. Pública).

Falta capacitação dos profissionais e materiais didáticos específicos para atender as necessidades de cada aluno (G. Particular).

Evidencia-se, portanto, que os posicionamentos para a inclusão não dependem apenas dos professores, mas de toda comunidade escolar, de um investimento do sistema educacional em propostas que considerem a adequação dos profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação inclusiva em função das necessidades de todos os alunos, inclusive daqueles que apresentam deficiência.

Entretanto, o que temos presenciado em termos de atendimento educacional nessa direção, os gestores afirmam que a atividade mais fácil é fazer com que os alunos se adaptem à escola, promovendo momentos de interação com as atividades da escola e com os professores de forma a atender os interesses dele em sala de aula.

É um equívoco pensarmos que a educação inclusiva é um sistema econômico, o qual na busca da homogeneização; em que coloca-se todos os alunos em pé de igualdade, nas mesmas condições de ensino, sem respeitar os ritmos e estilo de aprendizagem de cada aluno. A instituição escolar, portanto, deve revisar sua organização e as formas de conceber o ensino e a aprendizagem de forma a responder positivamente certas demandas escolares, o que demanda segundo os gestores:

Capacitação dos profissionais, material didático específico e rampas (G. Pública).

Várias adaptações na estrutura e capacitação para todos os funcionários (G. Particular)

A gestão compreende que a formação de professores em serviço, além de ser um direito assegurado para o professor, é um momento importante na vida profissional de sua equipe docente, e que posteriormente seu trabalho terá mais qualidade quando seus professores são bem qualificados.

O gestor escolar deve ser um líder pedagógico que apoia o estabelecimento das prioridades, avaliando, participando na elaboração de programas de ensino e de programas de desenvolvimento e capacitação de funcionários, incentivando a sua equipe a descobrir o que é necessário para dar um passo à frente, “[...] estimulando os docentes a debaterem em grupo, a refletirem sobre sua prática pedagógica e a experimentarem

novas possibilidades, bem como enfatizando os resultados alcançados pelos alunos” (LIBÂNEO, 2005, p332).

Isso é evidenciado quando ao perguntarmos de que maneira a gestão tem contribuído para que todos os professores se envolvam nesse processo, a gestora afirma:

Incentivo os professores a participarem de formações na área. Organizo o tempo no calendário escolar para que a maioria participe de formações como cursos de libras e capacitações oferecidas pela Prefeitura (G.Pública).

Ao perguntarmos sobre de que forma a inclusão é garantida pelo Projeto Político Pedagógico da instituição, os gestores fizeram a seguinte afirmação:

Apenas recebendo os alunos (G. Pública).

No momento apenas recebendo os alunos, mas já tenho projetos para dar maior qualidade de ensino a eles (G. Particular).

Para que a educação inclusiva seja uma realidade é importante uma gestão participativa, compartilhada e que tenha como referência o Projeto Político Pedagógico, contemplando a aplicação de todos os itens e indicações apontados no documento. Novamente percebemos o distanciamento do que está escrito em documentos organizadores da escola com a realidade.

Com a falta de articulação entre os diferentes agentes escolares e a ausência de recursos e práticas que atendam a diversidade escolar, a inclusão acaba se reduzindo unicamente á inserção de alunos com deficiência no ensino regular.

O conceito de inclusão no âmbito específico da educação implica, antes de tudo, rejeita, por princípios, a qualquer situação de exclusão, de qualquer aluno da comunidade escolar. Entretanto, tal postura nos sinaliza que a grande preocupação por parte dos gestores está no de fato incluir os alunos com deficiência com qualidade. Pois, “o conceito de inclusão é mais amplo que o de integração porque enfatiza o papel da escola comum na sua tarefa de atender à totalidade dos alunos” (MEC, 2007, p.60).

Tal fato nos leva a perceber que nesse processo, a gestão é primordial, e a omissão por parte dela pode comprometer a construção de uma escola inclusiva, recaindo a responsabilidade apenas sobre os docentes. Como afirma Mantoan (2003):

Ao serem modificados os rumos da administração escolar, os papéis e a atuação de diretor, coordenadores, supervisores e funcionários perdem o

caráter controlador, fiscalizador e burocrático e readquirem teor pedagógico, deixando de existir os motivos pelos quais esses profissionais ficam confinados em seus gabinetes, sem tempo para conhecer e participar mais intensiva e diretamente do que acontece nas salas de aula e nos demais ambientes educativos das escolas (p. 37).

Ao perguntarmos aos gestores se eles consideram sua escola uma instituição inclusiva recebemos um “NÃO” como resposta, com isso, percebemos que as respostas foram unânimes, ao passo que reconheceram a necessidade redirecionar suas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola em direção a inclusão.

No caso da aluna surda, por exemplo, não temos um intérprete, a professora é quem tenta interagir com ela. Há várias coisas que faltam para poder afirmar que esta é uma escola inclusiva (G.Pública).

Porque para considerar uma escola inclusiva é necessário fazer muitas adaptações (G. Particular).

Diante do exposto, é preciso lembrar que a escola precisa entender que inclusão se faz junto e, que para isto aconteça é preciso também coragem para enfrentar os obstáculos estruturais e atitudinais de cada sujeito que faz parte da comunidade escolar.

Enquanto todos os segmentos da escola não se veem como parte dessa construção, onde cada um age isoladamente, é impossível implementar e tornar real uma escola em que a gestão seja participativa, democrática, e principalmente, inclusiva.

Considerações Finais

A orientação inclusiva contribui para melhorar a escola como um todo e para todos os segmentos da comunidade escolar, visa uma nova gestão escolar, um novo currículo e a participação da família nesse novo contexto educacional.

Diante do exposto, acreditamos que para uma escola caminhar em direção a inclusão, ações pedagógicas precisam ser desenvolvidas dentro e fora da sala de aula, sendo necessário que os gestores assumam seu papel na criação de condições para um ambiente educacional autônomo e inclusivo.

Segundo Macedo (2005), o trabalho de construção de escolas inclusivas não consiste apenas no ato de conscientização de gestores, que têm em suas escolas alunos com deficiência matriculados, mas sim preservar a igualdade de direitos no processo de

ensino-aprendizagem, assim como criar um ambiente colaborativo em direção à inclusão de todos.

Entretanto, o que temos presenciado, é um distanciamento do que é posto em lei com a realidade das escolas, pois é preciso elaborar coletivamente, de forma consensual um *Projeto Político* da escola em que prevaleça o aspecto participativo. O gestor nesse sentido através de sua prática pedagógica e na motivação da comunidade escolar para colocar em uma escola inclusiva. Este documento norteador das práticas desenvolvidas na escola precisa ser mais claro, socializado e aplicável à realidade de cada escola, levando em consideração processos participativos de avaliação permanente.

Segundo Sage (1999), o esforço feito pelos gestores na construção de escolas inclusivas, em termos mais práticos, e as tentativas de inovação podem ser facilmente frustradas, caso não se disponha dos recursos financeiros necessários para construção de rampas, aquisição de materiais didático-pedagógicos e toda infraestrutura necessária para incluir os alunos com deficiência com uma qualidade pedagógica adequada às necessidades de cada um.

O apoio mútuo entre os gestores, professores, comunidade escolar, família, e até mesmo dos estudantes, é de fundamental importância para desenvolver a confiança e o envolvimento de todos no processo de mudança e de construção de escolas que incluam realmente seus alunos.

Sendo assim, através deste estudo pretendeu-se compreender as questões que contribuem para o processo de inclusão dos alunos com deficiência matriculados nas instituições escolares, bem como discutir as dificuldades encontradas pelos gestores em fazer com que essa inclusão aconteça de fato.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alves. J. e GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional**, n 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Educar na Diversidade**: material de formação docente / organização: Cynthia Duk. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

BORGES, H. da S. **Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar**. Manaus: Edições UEA Ed. Valer, 2008.

CARVALHO, Rosita E. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GANDIN, Danilo. **A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade**. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.1, pp.81-95, Jan/Jun 2001. Disponível em <www.curriculosemfronteiras.org 81> acesso em 02.02.2012.

LIBÂNEO, José C. **Educação escolar, políticas, estruturas e organização**. 2 ed. SP: Cortez, 2005.

LUCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. E Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

MACEDO, Linode. **Ensaio Pedagógico: como Construir uma escola para todos**. Ed. Artmed: São Paulo 2005.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão Escolar . O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Moderna. 2003.

MINAYO, Maria. C. de S.; DESLANDES, Suely. F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2007.

PARO, Vitor H. **Administração escolar: introdução crítica**. 15 ed. São Paulo Cortez, 2008.

RODRIGUES, A. J. **Contextos de aprendizagem e Integração/Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais**. IN. CASTRO, A. M. de. Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo:Avercamp,2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão – Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro:WVA, 1997.

SAGE, Daniel D. **Estratégias administrativas para o ensino inclusivo**. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK,William. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad.Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades educativas Especiais**; CORDE, 1994.

